

A participação social em programas e projetos governamentais de regularização urbana e ambiental¹

Juliano Varela de Oliveira²

Cada cidade possui suas peculiaridades referentes às condições de sobrevivência de sua população. No espaço intra-urbano as especificidades são ainda maiores, dadas as realidades de cada bairro e de cada comunidade existente, principalmente se levarmos em consideração os condicionantes históricos e as relações sociais, econômicas e institucionais que conferem sentido e significado ao cotidiano dessas populações.

Falar de desenvolvimento sustentável de uma cidade requer uma visão que contemple a complexidade e as especificidades existentes no âmbito de seus bairros e comunidades, ou seja, que supere a centralidade do aspecto econômico e que também priorize a garantia, consolidação e extensão dos direitos dos cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento sustentável, que pretende ser uma alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, privilegia, em seus aspectos conceituais, a constituição de uma rede de agentes que, cooperando, interagem e atuam num processo de promoção, valorização e fortalecimento da cidadania. Assim, o poder público municipal deve intervir como articulador e facilitador das ações de desenvolvimento e, em parceria com a sociedade, trabalhar para garantir uma boa qualidade de vida aos habitantes da cidade, com justiça social, geração de trabalho e distribuição igualitária da renda.

Contudo, a população brasileira, no geral, tem um histórico de pouco interesse pela participação social. Em contraposição, é notório que quando a participação acontece as decisões são mais compartilhadas e a satisfação em torno de determinadas questões é mais comum. Neste sentido, a busca pela aglutinação de

¹ Texto originalmente escrito para a I Oficina de Metodologia do Trabalho Social em Áreas Especiais de Interesse Social da Prefeitura do Natal, realizada no dia 26 de maio de 2006, no auditório da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SEMOV, sob a coordenação do DEPRO/SEMPPLA.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Chefe do Setor de Elaboração de Projetos da SEMPLA/PMN.

forças sinérgicas e pela criação e otimização de espaços e momentos direcionados para ações democratizantes torna-se, em muitas ocasiões, o grande alento para comunidades em que a qualidade de vida está comprometida.

Ao tratarmos dessas comunidades, com realidades em que co-existem complexos problemas sociais, é importante destacar também as questões voltadas para o meio ambiente. Temática importante, que fez surgir inclusive o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, nessas comunidades carentes, geralmente é colocada em segundo plano. É preciso dar prioridade ao meio ambiente e às questões sociais, uma vez que o homem (em comunidade) influi em seu meio, dependendo dele para sobreviver. Assim, ele deve, através de um processo didático de participação social, conscientizar-se da importância dessas questões sócio-ambientais e atuar como promotor e indutor da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida em seu lugar.

Um outro aspecto da vida em comunidade que sempre deve estar em ponto de pauta relaciona-se com a capacidade da comunidade de prover sua própria sobrevivência. A renda familiar constitui, assim, um elemento essencial para o pleno exercício da cidadania, uma vez que contribui para o acesso aos bens e serviços necessários a uma boa qualidade de vida.

A partir desse contexto, e numa perspectiva de mudança social, uma metodologia de trabalho tem ganhado destaque em experiências de gestão, tanto no âmbito de organizações governamentais e não-governamentais, quanto em programas e projetos comprometidos com a superação de uma cultura piramidal de tomada de decisões. Chamada de *trabalho em rede*, essa metodologia consiste em implementar e fortalecer ações horizontais, democráticas, descentralizadas e que busquem, sobretudo, superar uma cultura autoritária, como forma de se construir novas relações humanas e comunitárias.

Colocar em prática essa nova concepção tem se mostrado um desafio constante, mas também uma alternativa possível à mudança de realidades sociais caóticas. Os maiores desafios da alternativa em rede estão na dissolução dos entraves existentes em meio a determinadas relações sociais e institucionais. Para a superação de tais

desafios, a estrutura horizontal constituída em forma de rede rompe com relações tradicionais (piramidais) de poder e de representação, com vistas à consolidação de idéias, princípios, propostas e ações emancipatórias e de fortalecimento de pessoas e organizações, cujo propósito é concretizar *coletividades*.

Respeitando principalmente as diferenças, a proposta do trabalho em rede busca abarcar também a diversidade cultural e a heterogeneidade de um povo, considerando seu caráter multifacetário.

O poder também é componente de uma rede. Contudo, ele é itinerante. Numa rede, tem poder quem tem iniciativa. Assim, a localização do poder muda constantemente, tornando-se comunitário. Nesse sentido, apesar de não se constituírem alternativas viáveis para todos os tipos de organizações, as redes são estruturas adequadas a todos os objetivos de empoderamento e emancipação da sociedade, principalmente quando se pretende a consolidação da cidadania local e planetária.

Todas estas questões são condições *sine qua non* para a realização de programas e projetos governamentais capazes de implementar ações voltadas para a requalificação urbana e ambiental de comunidades carentes. Tais programas ou projetos geralmente vêm acompanhados de um trabalho social. Este, por sua vez, deve considerar três segmentos de ação como primordiais. O primeiro é o segmento da **participação social**: é preciso construir coletivamente a organização social para que a comunidade seja também agente de seu próprio desenvolvimento. Para isso, é importante a consolidação de um processo de mobilização comunitária e de capacitação das lideranças locais.

O segundo segmento é o da **conscientização sócio-econômico-ambiental**: a comunidade, de um modo geral, deve estar consciente de seus direitos e deveres perante a sua própria condição social, econômica e ambiental. Ou seja, é necessário um processo educativo através do qual os moradores da comunidade beneficiada tomem ciência de seus problemas e das soluções possíveis para os mesmos, assim como de suas potencialidades produtivas e de como ela própria pode ajudar a preservar seus recursos naturais e a conservar os bens e serviços públicos ofertados.

O terceiro e último segmento é o da **constituição de parcerias**: de caráter interinstitucional, este segmento contempla as ações relacionadas com a cooperação entre atores envolvidos na construção, realização e consolidação de um processo de melhoramento da qualidade de vida de comunidades carentes. A experiência torna-se mais rica e mais eficaz quando poder público, setores produtivos organizados, entidades da sociedade civil, associações de moradores, conselhos comunitários, organizações religiosas, ONG's, entre outras, colaboram mutuamente em prol do alcance de objetivos comuns.

Considerar tais segmentos requer uma dinâmica de trabalho alicerçada em processos democratizantes e de cunho essencialmente popular. Perante a realidade de extrema pobreza vivida por essas comunidades carentes, é preciso, acima de tudo, sensibilidade social capaz de compreender os entraves e as dificuldades da própria comunidade, que muitas vezes nem acredita que as mudanças propostas serão, de fato, implementadas.

Numa realidade como a brasileira, em que o poder público de um modo geral vivencia um extremo descrédito por parte dos cidadãos e cidadãs, dado seu histórico de inoperância e corrupção, implementar programas e/ou projetos em que o trabalho social é destaque não é tarefa fácil. Os técnicos sociais lidarão com situações em que ele mesmo será questionado; e são, exatamente, nestas situações que a sensibilidade social dos técnicos deverá ser acionada, para que nem seus sonhos, nem os da comunidade sejam frustrados. Eis aí um dos nossos grandes desafios!

Referências

MARINO, Eduardo. Os serviços de planejamento e avaliação. In: **Guia de Gestão**. São Paulo: Senac São Paulo; Fundação Abrinq, 2002.

OLIVEIRA, Juliano Varela de. **A participação no desenvolvimento sustentável**. Natal: Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas/UFRN; Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

OLIVEIRA, Mariângela de Paiva. O trabalho em equipe. In: **Guia de Gestão**. São Paulo: Senac São Paulo; Fundação Abrinc, 2002.

PAULICS, Veronika (org). **125 dicas para a ação municipal**. São Paulo: Polis, 2000.

XAVIER, Hélia Nacif. Regularização de favelas e loteamentos na pauta dos municípios. In: **Curso Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Irregulares**. Natal: IBAM, 2005.